

A NOVA AGE

GABINETE ITINERANTE

Integração e Interiorização: a importância das Advocacias Regionais do Estado na consolidação da advocacia pública mineira

Sérgio Pessoa de Paula Castro - Advogado-Geral do Estado
Ana Paula Muggler Rodarte - Advogada-Geral Adjunta para o Consultivo
Margarida Maria Pedersoli - Advogada-Geral Adjunta para o Contencioso
Liana Portilho Mattos - Chefe de Gabinete

a partir da análise curricular e dos interesses de atuação dos Procuradores do Estado em exercício no interior, responsáveis por promover a interlocução direta com a Consultoria Jurídica da AGE, sob a supervisão da Advogada-Geral Adjunta para o Consultivo.

O ano de 2020, apesar de findo, deixou reminiscências de um grande desafio para administração pública estadual: a continuidade do bem prestar à população mineira em tempos de pandemia e isolamento social. Durante o ano que passou, a Advocacia-Geral do Estado contou com o apoio fundamental de suas unidades sediadas no interior para que prosseguisse no cumprimento de seu dever constitucional de defender judicial e extrajudicialmente o Estado, bem como de prestar consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

As Advocacias Regionais do Estado e os Escritórios Seccionais a elas vinculados cumprem, na estrutura orgânica da AGE, o importante papel de difundir a atuação da advocacia pública na vasta área de Minas Gerais, viabilizando atendimento regionalizado aos 853 municípios mineiros e às 296 Comarcas do Tribunal de Justiça do Estado – TJMG. Tal relevância pode ser traduzida em números, considerando o cadastramento, em 2020, de aproximadamente 57,6 mil novos processos nas referidas unidades, conforme dados de janeiro a dezembro coletados no Sistema Tribunus e processados pela Assessoria Estratégica – AEST.

Não obstante a já reconhecida e sempre diligente performance dos Procuradores do Estado lotados nas AREs e Escritórios Seccionais na esfera contenciosa, com especial destaque à recuperação de receitas para o erário, que possibilita a prestação de serviços públicos e a manutenção do corpo administrativo, a reestruturação da AGE iniciada em 2019, com a publicação da Lei Complementar nº 151, de 17 de dezembro, interiorizou o consultivo da AGE. Este passa, então, a ser uma competência das Regionais, nos termos da Resolução AGE nº 64, de 31 de julho de 2020, para o desempenho da qual foram selecionados pontos focais,

Trata-se, portanto, de integrar as unidades mais distantes da Sede ao paradigma da atual gestão da Advocacia-Geral do Estado, qual seja, a desjudicialização. Isso ocorre não apenas por meio da incorporação da atuação preventiva e proativa da esfera consultiva ao cotidiano funcional das AREs e dos Escritórios Seccionais, mas também pela possibilidade de que estes se valham das vias autocompositivas promovidas no âmbito da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CPRAC – e do trabalho de sistematização e consolidação da produção jurídica do órgão pelo Núcleo de Uniformização de Teses – NUT. Louváveis, aliás, as propostas que os Procuradores em exercício nas Regionais têm colocado para o aperfeiçoamento de fluxos dessas novas unidades da AGE e o permanente diálogo com elas desenvolvido.

Ainda em 2020, embora reclusos em razão da Covid-19, a tecnologia da informação e a comunicação permitiram a aproximação da Administração Superior às demandas e ao dia a dia dos Procuradores lotados nas Advocacias Regionais e Escritórios Seccionais. Nesse sentido, foi lançado o projeto Gabinete Itinerante, cujos encontros serão mantidos periodicamente na agenda do Advogado-Geral do Estado.

Com o novo ano que se inicia, esperamos que as distâncias espaciais não sejam mais um obstáculo e que a AGE se consolide como uma instituição de acolhimento e trocas profícuas entre os que nela trabalham.



AGE-MG NEGOCIA ACORDO HISTÓRICO



Foto: Pedro Contijmprensa MG

Dois anos e dez dias após o rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, o Estado e a mineradora Vale assinaram, ontem, dia 4, um termo de Medidas de Reparação pelos danos econômicos e socioambientais causados na região e em todo o Estado, no valor de R\$ 37,68 bilhões.

O acordo de conciliação, conduzido pela AGE-MG, junto com instituições de Justiça, contou com a intermediação do TJMG. Entre os feitos, destacam-se os trabalhos dos Procuradores do Estado Cássio Roberto dos Santos Andrade, Lyssandro Norton Siqueira, Danilo Antônio de Souza Castro, Wallace Alves dos Santos, Ana Paula Muggler Rodarte e Sérgio Pessoa de Paula Castro.

A assinatura do termo de reparação, cujo valor é um dos maiores do mundo, coroa a excelência do trabalho dos Procuradores do Estado e confirma o acerto da AGE-MG em trabalhar pela Desjudicialização. Este é o tema central do jornal Res Publica, que nos próximos dias será distribuído aos associados da Apeminas.

Artigo – Nessa linha da desjudicialização, a procuradora do Estado Rafaella Barbosa Leão e a assessora jurídica da Seplag, Bruna de Paula Ferreira Costa, produziram o artigo “Manda um nudge! A utilização da ‘cutucada’ para a concretização do artigo 26 da LINDB”, que segue anexo a esta edição da APENews. Uma importante contribuição para o debate.

EM DEFESA DOS APOSENTADOS

A Apeminas ajuizou, em 1º de fevereiro, a Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 0128088-87-2021.8.13.0000. O objetivo é impugnar o aumento da contribuição previdenciária em face dos proventos dos pensionistas e inativos. A ação foi proposta junto com as demais entidades que compõem o Fórum Mineiro das Carreiras Típicas do Estado (Fomcate). A participação da Apeminas foi autorizada por seus associados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de outubro do ano passado, na sede da entidade, em Belo Horizonte.

ÊXITO JUDICIAL: ASSOCIADOS DA APEMINAS NÃO PRECISAM ENTREGAR DECLARAÇÕES DE BENS PARA A CONTROLADORIA-GERAL

Em 21 de janeiro, o desembargador José Flávio de Almeida, Primeiro Vice-Presidente do TJMG, rejeitou o Recurso Extraordinário Nº 1.0000.16.053941-7/005 e o Recurso Especial Nº 1.0000.16.053941-7/004, interpostos pelo Estado de Minas Gerais, após a apresentação de embargos de declaração, contra acórdão do TJMG.

Nos autos da ação ordinária proposta pela Apeminas, o Tribunal negou provimento à apelação apresentada pelo Estado de Minas Gerais, mantendo a decisão que julgou procedente o pedido da associação para declarar a ilegalidade do Decreto Estadual nº 46.933, de 2016, e determinando que os Procuradores do Estado de Minas Gerais, associados da recorrida, e os que vierem a se associar no curso da ação, entreguem suas declarações de bens para a Corregedoria da Advocacia-Geral do Estado e não para a Controladoria-Geral do Estado, bem como para que a CGE não exerça qualquer atividade correcional sobre Procuradores do Estado de Minas Gerais.

Êxito judicial, meramente formal, mas que assegura e reconhece a nossa autonomia funcional e que impede o esvaziamento da competência da Corregedoria da Advocacia-Geral do Estado

REFORMA ADMINISTRATIVA

As reformas tributária e administrativa estão na pauta do senador Rodrigo Pacheco, eleito presidente do Senado, no dia 1º de fevereiro. Segundo ele, as reformas devem ser enfrentadas, “com urgência, mas sem atropelo”. Em dezembro do ano passado, o senador participou de um encontro, em Belo Horizonte, com a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello; o vice-presidente da Anape, Ivan Luduvic Cunha; o presidente da ADEP-MG, Fernando Campelo Martelleto, e o assessor parlamentar do senador, delegado federal Clever Prados Fonseca. Na oportunidade, a Apeminas pontuou questões afetas às carreiras típicas do Estado que tramitam no Congresso Nacional, recebendo do parlamentar apoio e engajamento.

OPORTUNIDADES NAS REDES SOCIAIS

Diversas vezes por semana a Apeminas divulga matérias de interesse dos associados em suas redes sociais, como, por exemplo, a oferta de inscrições gratuitas para cursos e notícias sobre a defesa de prerrogativas da classe. Fique ligado! Não perca a oportunidade de usufruir dos produtos e serviços oferecidos pela Apeminas. Acompanhe os nossos posts no Facebook, Instagram, LinkedIn e Twitter.



APEClipping

Desde a última segunda-feira, dia 1º, os associados da Apeminas recebem, DIARIAMENTE, via e-mail, o APEClipping, que consiste em uma seleção de notícias do Brasil e de Minas. Até então, todo o conteúdo da semana era distribuído às sextas-feiras, junto com a APENews. Com essa mudança, o associado tem informações diárias mais atualizadas sobre matérias de interesse da classe, sem prejuízo das notícias veiculadas no nosso boletim semanal APENews.

A LGPD NO BRASIL Apeminas ofereceu inscrições

Apoiando os seus associados, a Apeminas divulgou em suas redes sociais a oferta de inscrições gratuitas para o Seminário online “Ano 1 da LGPD no Brasil e os desafios para 2021”, realizado ontem, pelo Migalhas. Os interessados tiveram até o dia 2 de fevereiro para se candidatarem ao curso. Sete pessoas foram beneficiadas, sem necessidade de sorteio.

Newsletter

APENEWS

Facebook > facebook.com/apeminas
Instagram > instagram.com/apeminas

Twitter > twitter.com/apeminas
LinkedIn > linkedin.com/company/apeminas

Rua Espírito Santo 466 – Centro – CEP: 30160-916 – Belo Horizonte / MG
Tel: (31) 3261-3532 - acs.apeminas@gmail.com – www.apeminas.org.br

- > Produção Editorial: Mombak Comunicação Estratégica
- > Jornalista responsável: Marli Assis – MTB 5.571-JP
- > Redação: Andrea Rocha
- > Projeto Gráfico: Alice Crepaldi